

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura  
Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2007  
Área Temática: PAA e SAN**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Agosto de 2007

## Índice

<b>Congresso coloca em debate agronomia e soberania alimentar</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 01/08/2007.....	3
<b>Artigo: Água de beber e água de comer</b> – Onaur Ruano – Sítio Eletrônico do MDS – 06/08/2007.....	4
<b>Secretário do MDS defende valorização da Agricultura Familiar no combate à fome</b> – Onaur Ruano – Sítio Eletrônico do MDS – 07/08/2007.....	5
<b>Termina coleta de dados da pesquisa nacional do consumo alimentar de escolares</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 08/08/2007.....	6
<b>Alimento tem maior alta desde 2003</b> - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007.....	7
<b>Venda de alimentos é a maior em 5 anos</b> - Márcia de Chiara e Vera Dantas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/08/2007.....	8
<b>Alimentos mantêm inflação sob pressão</b> - Raquel Salgado – Valor Econômico – Brasil - 09/08/2007.....	9
<b>“Biocombustíveis não substituirão a produção de alimentos neste País”</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 09/08/2007.....	11
<b>Ver as árvores e enxergar o bosque</b> - Ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 10/08/2007.....	12
<b>Ver as árvores e enxergar o bosque</b> - Patrus Ananias – Valor Econômico – Opinião - 10/08/2007.....	14
<b>Sardinha cede espaço para a carne no prato do brasileiro</b> - Daniele Madureira – Valor Econômico – Empresas - 14/08/2007.....	16

### Segunda Quinzena

<b>Oficina avalia estudo sobre ações públicas de segurança alimentar e nutricional</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 16/08/2007.....	18
<b>Verba de ajuda para produtor de leite de MS desaparece</b> - João Naves – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/08/2007.....	19
<b>Dom Mauro Morelli discute segurança alimentar com o ministro</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 23/08/2007.....	20
<b>Começa capacitação para gestores de Restaurantes, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 23/08/2007.....	21
<b>Escalada nos preços de alimentos é vilã aqui e lá fora</b> – Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 26/08/2007.....	22
<b>Cooperativa leiteira do Acre aumenta produção com dinheiro do PAA</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 28/08/2007.....	23
<b>Preço de alimento dispara e pressiona a inflação</b> - Márcia De Chiara e Francisco Carlos de Assis – Estado de São Paulo – 29/08/2007.....	25
<b>Para UE, etanol não pressiona alimentos</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/08/2007.....	26

## **Congresso coloca em debate agronomia e soberania alimentar** – Sítio Eletrônico do MDA – 01/08/2007

Reforma agrária, agricultura familiar, a situação do campesinato na América Latina, a formação profissional do agrônomo, o resgate histórico da organização dos estudantes de agronomia, além de agroecologia e movimentos sociais. Esses serão os variados assuntos abordados no 50º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (Conea), que acontecerá em Aracaju (SE) entre 6 e 14 de agosto. O evento tem apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Sob o tema “Resgate histórico da atuação do engenheiro agrônomo no campo brasileiro: entender para transformar”, o Congresso pretende reunir em torno de 900 estudantes de 60 universidades brasileiras, além de 100 participantes e convidados de outras áreas. Segundo Ester Hoffmann, uma das organizadoras do evento, o tema escolhido remete à importância que o profissional de agronomia assume na construção da agricultura. “É necessária uma análise histórica para a transformação e aprimoramento de um projeto de meio rural. Por isso, o congresso pauta pelo resgate da atuação do agrônomo, visando a compreensão do seu papel na sociedade”, afirma.

Segundo Ester, o engenheiro agrônomo tem um papel importante na constituição de propostas de planejamento da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar. “O engenheiro agrônomo deve contribuir para criar uma proposta sustentável, uma nova forma de enxergar o sistema produtivo”, ressalta.

O objetivo do Congresso é abrir oportunidade para a troca de experiências, o amadurecimento da concepção sobre a formação profissional, além de potencializar a organização dos estudantes para discussões relevantes na sociedade. “O evento é também um espaço de formação para os estudantes de Agronomia, que propicia debates sobre o atual modelo de agricultura e reforma agrária. O modelo conhecido como agronegócio tem causado grandes problemas relacionados ao meio ambiente, à exploração dos recursos naturais e à destruição da cultura camponesa”, observa.

### **Soberania Alimentar**

Um assunto de destaque que entrará em discussão no Congresso é a “Campanha Continental pela Soberania Alimentar”, organizada pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab) e pela Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF). No âmbito acadêmico, a soberania alimentar está em debate desde janeiro deste ano, quando aconteceu o Congresso Latino Americano de Estudantes de Agronomia (CLACEEA) na Guatemala, e nele foi deliberada a realização da campanha. Ela está organizada sob dois eixos: Transgênicos (alimentos geneticamente modificados) e Deserto Verde (monocultivo de arbóreas).

Giovana Melo, coordenadora nacional da Feab, define a soberania alimentar como o direito à autodeterminação dos povos em definir suas políticas e estratégias de produção e distribuição de alimentos, sem se submeter às regras de mercado. “É importante atender a necessidade de abastecimento alimentar de toda a população, partindo do pressuposto de se produzir alimentos de forma sustentável e saudável, com base nos princípios agroecológicos”, acrescenta.

De acordo com Giovana, por meio da campanha serão realizados debates com estudantes de agronomia e engenharia florestal nas universidades, além de seminários durante as semanas acadêmicas dos cursos, na Feira da Reforma Agrária, nos congressos da

ABEEF e Feab, no Congresso Latino Americano – que acontece em janeiro de 2008 no Brasil. O tema também será discutido nos seminários nacionais e estaduais organizados pela Via Campesina.

Para a coordenadora nacional da Feab, a campanha é um instrumento de diálogo que busca promover o debate acerca do modelo de desenvolvimento agrícola. “Para alcançar a soberania alimentar é necessária a autonomia territorial, independência de políticas de livre comércio, implementação de técnicas para a produção de alimentos saudáveis, além da valorização de camponeses e camponesas, indígenas, quilombolas e comunidades pesqueiras. Temos a expectativa de contribuir para a criação de novos referenciais para o campo brasileiro, baseados na valorização da agricultura familiar, da biodiversidade, dos saberes populares e na preservação dos recursos naturais”, ressalta.

### **Histórico**

O Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia acontece desde 1954 e é organizado pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab) em conjunto com o Centro Acadêmico de Livre Agronomia (Calea), além de integrantes do grupo de agroecologia Espaço de Vivência Agroecológica (EVA) e integrantes do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Sergipe.

### **Serviço:**

50º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (Conea)

Data: De 6 a 14 de agosto de 2007.

Local: Universidade Federal de Sergipe (UFS)

*Para mais informações acesse a página do Congresso ou entre em contato com a Coordenação Nacional da Feab através do e-mail [cnfeab@yahoo.com.br](mailto:cnfeab@yahoo.com.br) ou pelo telefone*

### **Artigo: Água de beber e água de comer – Onaur Ruano – Sítio Eletrônico do MDS – 06/08/2007**

A alimentação é direito fundamental, inerente à dignidade da pessoa humana, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações para promovê-la. No Brasil, o acesso à alimentação adequada, incluindo a água, passou a ser reconhecido como direito desde 15 de setembro de 2006, com a sanção, pelo Presidente Lula, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

O Semi-Árido brasileiro é uma das regiões do País onde mais se evidencia a insegurança alimentar e nutricional. Tal situação resultou de décadas de clientelismo e, portanto, de políticas ineficientes para a criação de sistemas de captação e distribuição de água para a população privada desse direito básico.

Desde 2003, o Governo Federal vem investindo no Semi-Árido, em parceria com governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, representadas pela Articulação no Semi-Árido (ASA), visando assegurar água potável para famílias rurais pobres, difusas, sem acesso a redes de abastecimento de água potável. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) destinou, nesse período, mais de R\$ 278 milhões, tendo já alcançado mais de 200 mil famílias com a construção de cisternas de placas para armazenamento de água de chuva.

A cisterna de placas é uma das soluções mais testadas para armazenamento de água de qualidade para suprimento da família na estiagem. Este reservatório, que capta a água que escorre do telhado por meio de calhas, permite o armazenamento de 16 mil litros de água, suficiente para uma família de cinco pessoas beber e cozinhar durante oito meses do ano. Como nesse espaço de tempo sempre chove um pouco, a cisterna consegue armazenar água suficiente para o consumo da família durante todo o ano.

A água potável para consumo humano é essencial para a vida, mas insuficiente para garantir segurança alimentar e nutricional. Assim, seguindo os passos do sucesso da primeira experiência, onde o Governo Federal apóia e fortalece a viabilização de soluções do saber popular e com parcerias sólidas, chega a hora de um novo passo: propiciar o acesso à água para produzir alimentos.

Assim como as cisternas, existem outras tecnologias testadas e adotadas pelos moradores do Semi-Árido que visam aproveitar a pouca disponibilidade hídrica da região, como as cisternas calçadão, adaptadas para roça, as barragens subterrâneas e os tanques de pedra, entre outras.

A Articulação no Semi-Árido (ASA), inspirada nestas experiências, criou a proposta P1+2 - Programa Uma Terra e Duas Águas. Ela visa intensificar, consolidar e irradiar experiências de uso destas tecnologias sociais de acesso e manejo produtivos da terra e das águas. Tudo a partir de práticas sociais já existentes, por meio de um processo dinâmico de formação e intercâmbio de experiências.

A esta “segunda água”, nós chamamos carinhosamente de água de comer. Essas tecnologias descentralizadas vêm se apresentando como solução para o aproveitamento da água de chuva na produção de alimentos para o consumo familiar. A “segunda água” viabiliza pequenas hortas e plantações e a criação de pequenos animais. A dieta da família pode ser enriquecida o ano todo. É feijão, abóbora, mandioca, milho, ovos e carne de galinha caipira, leite e carne de cabras, etc. É mais alimento e mais saúde para o povo do sertão.

Nós do MDS estamos junto com a ASA, apoiando e ajudando a consolidar esse importante programa de segurança alimentar e nutricional, que juntamente com a cisterna, naquelas localidades aonde só chega água de chuva, propiciará água de beber e água de comer à família sertaneja.

*Onaur Ruano é Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

**Secretário do MDS defende valorização da Agricultura Familiar no combate à fome – Onaur Ruano – Sítio Eletrônico do MDS – 07/08/2007**

Onaur Ruano lembrou, em seu discurso, o importante papel da agricultura familiar para a economia do País

Mais de duzentas lideranças de cooperativas de Agricultura Familiar de todo o Brasil, autoridades do Governo Federal e parlamentares participaram nesta terça-feira (07/08), em Brasília, da abertura do III Encontro Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Na pauta, além de muitas reivindicações para o setor, a

definição dos próximos passos em direção ao desenvolvimento do associativismo, com o objetivo de ampliar e fortalecer a rede de pequenos produtores, hoje ligados a cerca de 25 mil cooperativas.

Segundo o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Onaur Ruano, presente à mesa de abertura, junto com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a agricultura familiar tem um papel bastante importante para o País, em especial para a economia. “Isso pode ser constatado pela atenção e pelo investimento do Governo Federal em ações que privilegiam o pequeno produtor, que até então não tinha muito destaque”, disse ele, referindo-se à liberação de R\$ 12 bilhões de apoio ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), autorizada para investimento na próxima safra.

Representando o ministro Patrus Ananias, o secretário destacou ainda o valor da pequena produção no reforço de ações como as do Fome Zero e as demais iniciativas de combate à fome, à desnutrição e à insegurança alimentar. “Hoje, agricultura familiar significa qualidade”, afirmou. Ruano lembrou a criação, em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), desenvolvido pelo MDS em parceria com os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário e governos estaduais, por meio do qual é garantida a compra da produção do pequeno produtor.

O Programa do Leite também foi lembrado por Ruano, que explicou tratar-se de uma das modalidades mais importantes do PAA, destinada prioritariamente ao atendimento de estados do Nordeste e parte de Minas Gerais, cujo objetivo é de adquirir o leite do produtor familiar para atender às comunidades pobres. “A segurança alimentar e nutricional não é possível sem uma agricultura familiar forte e presente”, completou.

A abertura do encontro em Brasília - promovido pela União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) - foi feita pelo presidente da entidade, José Paulo Crisóstomo Ferreira. Além do representante do MDS, estiveram presentes autoridades dos ministérios do Trabalho, Meio Ambiente e Agricultura, diretores de federações e confederações de agricultura familiar. O encontro prossegue até quinta-feira (09), na sede do Parlamundi.

### **Termina coleta de dados da pesquisa nacional do consumo alimentar de escolares – Sítio Eletrônico do MDS – 08/08/2007**

Até o final desta semana encerra-se a coleta total de dados da Pesquisa Nacional do Consumo Alimentar e Perfil Nutricional de Escolares, Modelos de Gestão e de Controle Social do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. O processo de entrevistas em mais de 1.100 escolas de todos os estados brasileiros já foi concluído em 99,9 % dos municípios sorteados e a avaliação dos questionários vem sendo realizada desde julho. O estudo foi iniciado em 2 de abril, sendo visitados mais de 700 municípios. Os dados preliminares da pesquisa serão anunciados neste segundo semestre.

Os questionários respondidos por alunos, professores, diretores, merendeiras e membros dos Conselhos de Alimentação Escolar vão indicar se as recomendações nutricionais estão sendo cumpridas, através de cardápios equilibrados em nutrientes, além de apontar o estado nutricional dos estudantes. As variadas perguntas enfocam desde os

alimentos consumidos na alimentação escolar, a produção da alimentação, a estrutura física da escola e ações dos CAE - Conselhos de Alimentação Escolar.

Foram entrevistados até o momento aproximadamente 19.000 alunos de escolas federais, estaduais e municipais, públicas e filantrópicas.

É a primeira vez no País que um estudo dessa natureza é realizado, possibilitando avaliar o programa em escala nacional.

A pesquisa recebeu recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e esta sendo executada pela Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN). A instituição foi escolhida por meio de seleção pública lançada pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) em 2005. Além do MDS, o projeto envolve ações dos ministérios da Educação (MEC) - FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia (MCT), Saúde (MS) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). São co-executores as Universidades Federais de Pernambuco e do Paraná, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a União Social Camiliana/Centro Universitário São Camilo. Apóiam o trabalho os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de São Paulo do FNDE/MEC. *ASBRAM*

**Alimento tem maior alta desde 2003** - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007

Mesmo assim, o IPCA, referência para a meta de inflação, recuou para 0,24% em julho, ante 0,28% em junho

A deflação de 0,17% na região metropolitana de São Paulo em julho puxou para baixo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que ficou em 0,24%, ante 0,28% em junho. Mas o grupo alimentação continuou pressionando a inflação, com alta de 1,27%, a maior desde março de 2003 (1,66%) e também para os meses de julho desde 2001 (1,78%).

De janeiro a julho, o IPCA subiu 2,32%, pouco mais da metade do centro da meta deste ano, de 4,5%. A taxa em 12 meses confirmou a tendência de alta, ampliando-se de 3,69%, até junho, para 3,74% até julho.

Os preços dos produtos não alimentícios caíram 0,03% no mês, com grande peso da redução da tarifa de eletricidade em São Paulo, de 9,12%, que levou a média nacional para deflação de 3,01%. Outro destaque de queda foi o álcool combustível, de 6,96%. A gasolina ficou 0,51% mais barata.

Alimentos e bebidas suplantaram a deflação média dos demais produtos e responderam por 0,27 ponto porcentual da inflação de julho. A contribuição só do leite e de seus derivados foi de 0,24 ponto, igual ao resultado do IPCA. O item leite e derivados acelerou de 7,35% em junho para 11,31% em julho, acumulando 28,49% no ano.

Não há indicações de desaceleração no preço do leite para agosto, já que a oferta está diminuindo e a demanda nacional e mundial, aumentando, segundo a coordenadora de índices de preço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eulina Nunes dos Santos.

Esse fato, somado ao efeito de um aumento, em julho, na telefonia fixa - que ainda tem cerca de 1,5% para ser captado neste mês -, e as prováveis reduções da deflação na energia elétrica e no álcool, Eulina concluiu que 'a inflação em agosto não ficará próxima do zero'.

Ela lembrou que outra pesquisa do IBGE indica que o País terá uma safra agrícola recorde este ano. Ainda assim, a alta concentrada no leite e nos seus derivados 'se alastrou um pouco este mês', alcançando carnes (3,58% em julho e 1,2% no ano), feijão preto (4,02% em julho e -7,81% no ano) e frango (1,64% em julho e 4,11% no ano).

A alta acumulada no grupo alimentação até julho está em 5,26%, acima do índice de janeiro a dezembro de 2006 (1,22%), 2005 (1,99%) e 2004 (3,86%).

Oito das onze regiões pesquisadas pelo IBGE tiveram taxas mais altas que a média nacional em julho. Em cinco, a taxa local foi mais que o dobro da nacional, variando de 0,5% a 0,58%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 0,32% em julho, ante 0,31% em junho, somando 2,53% no ano e 4,19% em 12 meses. O INPC é calculado com base na renda familiar de um a seis salários mínimos, enquanto o IPCA se baseia no consumo da faixa de um a 40 salários mínimos

### **Venda de alimentos é a maior em 5 anos** - Márcia de Chiara e Vera Dantas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/08/2007

Resultado da indústria no semestre foi 8,2% superior ao de 2006; alta dos preços não deve brevar crescimento

A indústria de alimentos comemora a maior taxa de crescimento no primeiro semestre dos últimos cinco anos. Nem mesmo a elevação dos preços da comida a partir de maio, que já apareceu no índice oficial de inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve brevar a alta das vendas, dizem os fabricantes. Eles prevêm que o setor encerre 2007 com receita recorde, superior a R\$ 200 bilhões. Ganhos de renda, aumento do emprego, inflação controlada e crédito farto sustentam o desempenho.

No primeiro semestre deste ano, as vendas totais da indústria de alimentos e bebidas atingiram R\$ 103,8 bilhões, um acréscimo de 8,2% em relação ao mesmo período de 2006, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia). Descontada a inflação do período, a alta foi de 4,6%, acima da projeção de crescimento para o Produto



Interno Bruto (PIB). O mercado doméstico respondeu por 75% das vendas do primeiro semestre, quando a produção física aumentou 5,8%, a maior taxa desde 2002.

'O brasileiro melhorou a sua alimentação', afirma o presidente da Abia, Edmundo Klotz. Ele destaca que nas Regiões Norte e Nordeste o consumo de alimentos está aquecido, provavelmente puxado pela renda obtida por meio de programas sociais.

Klotz observa também que alimentos que estão fora da cesta básica obtiveram taxas expressivas de crescimento no semestre. As vendas domésticas de sorvetes, salgadinhos, alimentos diet e light, por exemplo, já aumentaram 51,71% este ano e os chocolates e as balas, 21,83%.

A indústria de chocolates e balas confirma o bom desempenho. Os volumes produzidos aumentaram 21,2% no primeiro semestre, em relação a igual período de 2006, segundo a Abicab, entidade que representa o setor. Getúlio Ursulino, presidente da Abicab, diz que o aumento foi concentrado no mercado interno, com alta de quase 30%. 'O aumento da venda doméstica pode ser explicado pelo maior número de lançamentos e pelo crescimento da renda.'

## **PREÇOS**

Para os fabricantes, o aumento da inflação dos alimentos não deve estragar a festa do setor. 'A alta é temporária e sazonal', diz Klotz. Essa avaliação é compartilhada pelo coordenador do IPC da Fipe, Márcio Nakane, para quem a alimentação vai continuar subindo até setembro. O índice de agosto, que será divulgado amanhã, deve apresentar a inflação dos alimentos muito superior ao IPC geral.

Nos supermercados, as vendas estão aquecidas e fecharam o semestre com alta de 7%, segundo a Associação Paulista de Supermercados (Apas). Martinho Paiva Moreira, vice-presidente da Apas, diz que o consumo mantém o ritmo de alta, apesar das elevações de preços, como o da carne e do leite. É que esses produtos são de consumo básico, argumenta.

### **Alimentos mantêm inflação sob pressão - Raquel Salgado – Valor Econômico – Brasil - 09/08/2007**

O movimento de alta nos preços de alimentos verificado nos últimos meses não deve ser revertido tão cedo. Os aumentos ocorreram principalmente nas commodities agrícolas, porém, não ficaram restritos a elas e foram repassados ao resto da cadeia. Apesar das maiores elevações já terem acontecido neste ano, a demanda doméstica aquecida, que permitiu estes repasses, continuará colaborando para que os preços mantenham-se em patamares mais elevados.

Por conta dessa pressão, algumas consultorias revisaram suas projeções para a inflação tanto deste quanto do próximo ano. Ainda assim, a maioria acredita que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficará dentro da meta estipulada pelo Banco Central - desde que a entidade passe a promover cortes menores nos juros.

Marcela Prada, economista da Tendências Consultoria Integrada, revisou de 3,4% para 3,7% a estimativa para este ano. A de 2008 foi de 3,8% para 4,1%. Estas mudanças foram acompanhadas de revisões também nos indicadores de nível de atividade. A expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIIB) de 2007 subiu de 4,3% para 4,8%, enquanto a do próximo ano ficou em 4,4%, acima dos 4,1% previstos antes. "Boa parte da pressão adicional vem dos alimentos, que já subiram muito e imprimiram um nível mais alto à inflação", diz.

O aumento destes preços não está concentrado apenas em alimentos da chamada lavoura curta, como hortaliças e verduras. Embora esses produtos lá acumulem elevação de 14,1% de janeiro a julho deste ano, segundo o IPCA, a alta também é verificada na cadeia de panificados (impactados pelo preço do trigo), carnes e aves e ovos.

Na avaliação de Tatiana Pinheiro, do ABN Amro, esses aumentos são derivados do choque de commodities, que estão subindo no mercado internacional. O problema é que este choque também aconteceu no ano passado e o repasse de preços não foi tão grande. Nos 12 meses terminados em julho de 2006, por exemplo, o grupo de panificados, que inclui massas, biscoitos e pães, acumulava queda de 1,34%. Em julho deste ano, ele já tem alta de 3,42%.

"Houve problemas de oferta. Mas a diferença é que agora os aumentos atingiram não só leite, trigo e milho, eles foram se espalhando pela cadeia e chegaram ao iogurte, ao requeijão, às massas", explica Tatiana. Para ela, isso só foi possível porque existe uma demanda forte capaz de aceitar os repasses. A economista espera um IPCA em 4% neste ano.

Em julho, o índice ficou em 0,24%, após subir 0,28% em junho. O recuo deveu-se à queda de 12,66% na tarifa de energia elétrica em São Paulo. A maior pressão veio dos alimentos, que subiram 1,27% por conta do leite e derivados, na maior alta do ano e na maior alta desde 2000 para um mês de julho.

Embora haja mais pressão sobre os alimentos, o câmbio ainda segue dando um bom alívio à inflação. Os bens duráveis, como eletroeletrônicos e eletrodomésticos, acumulam queda de 1,6% nos 12 meses terminados em julho deste ano. A importação barateia esses produtos. A ajuda do câmbio, porém, tem perdido intensidade. O grupo dos bens comercializáveis, aqueles que são exportados pelo país, acumulam alta de 4% nos 12 meses até julho, bem acima do 1,6% de julho de 2006. Quando se retiram os alimentos, a variação cai para 1,6%. Ainda assim é maior do que a do ano passado - 0,3%.

## **“Biocombustíveis não substituirão a produção de alimentos neste País” – Sítio Eletrônico do MDA – 09/08/2007**

A preocupação de todos os países com a criação de um novo padrão energético transformou em referência mundial o modelo do Brasil. Essa foi uma das principais impressões do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, em sua participação em congresso internacional ocorrido na última semana na Etiópia, onde representou o governo brasileiro. “O Brasil descobriu uma forma original de criar um programa que contemplasse o objetivo energético e garantisse a inclusão social e o combate à pobreza rural”, ponderou o ministro.

Cassel reafirmou que a plantação de oleaginosas para a produção de biocombustíveis não vai substituir, em nenhuma hipótese, a produção de alimentos na agricultura familiar. “O biodiesel é, antes de qualquer coisa, uma possibilidade de agregação de renda, uma renda adicional. As oleaginosas são cultivadas em forma de consórcio com as outras culturas. Então, o agricultor não precisa escolher, ele não vai trocar a sua cultura por outra, ele vai agregar uma cultura nova ao que ele sempre plantou”.

O ministro reforçou que os agricultores familiares não deixarão de produzir alimentos para plantar oleaginosas apenas visando os biocombustíveis. “Dizer essas coisas só demonstra desconhecimento sobre o assunto. No caso do biodiesel, isso não vai acontecer em hipótese nenhuma. Essa nova cultura não compete com a produção de alimentos”, enfatizou.

Cassel destacou também a segurança que a produção do biodiesel leva ao campo. “Mais importante do que renda extra, pela primeira vez na história, os agricultores familiares, especialmente os do Semi-árido brasileiro, estão experimentando relações de produção que lhes dão segurança. É um setor social que nunca experimentou produzir com garantia de compra e garantia de preço. Isso lhes dá estabilidade e uma nova condição para continuar produzindo”.

### **Selo Combustível Social**

Essa é uma realidade bastante recente em todo o mundo. No Brasil, a experiência começou em 2005 com muitas dificuldades e enfrentando a desconfiança da população rural. Foi necessário fazer zoneamentos ecológicos, organizar o sistema produtivo e produzir as primeiras sementes de oleaginosas, inexistentes naquela época no mercado. Os resultados até agora são positivos. “Fazer a primeira vez é sempre muito difícil, mas daqui para frente nós já temos a estrutura e o conhecimento do tema”, disse Cassel.

Para colocar em prática esse novo modelo energético, baseado no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Selo Combustível Social, que também é uma experiência pioneira no mundo. Receber o selo traz vantagens tributárias e significa que aquela empresa certificada produz biocombustível com a matéria-prima proveniente da agricultura familiar.

Outro critério para conceder o selo é que exista um contrato entre os agricultores familiares e a indústria, acompanhado pelas organizações de trabalhadores rurais e pelo Ministério, para garantir preço, compra, assistência técnica e boas condições de trabalho. “Isto dá novas possibilidades para a agricultura familiar, um novo padrão de inclusão social e melhora muita a vida dos produtores”, complementou Cassel.

Segundo o ministro, a idéia é avançar cada vez mais. Pelas metas do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, a partir de janeiro de 2008 vai ser obrigatório adicionar 2% desse biocombustível no diesel comum. A partir de 2010, essa exigência sobe para 5%. “Isso gera uma demanda anual de três bilhões de litros, três vezes mais do que hoje, e vai significar garantia de mercado. O mercado vai se ampliar”, salientou.

Segundo informações do MDA, a expectativa é de que até o final de 2007 cerca de 205 mil famílias de todo o País estejam participando do programa com a produção de oleaginosas. Atualmente, a produção anual de biodiesel no Brasil já alcança 885 milhões de litros.

### **Vanguarda mundial**

O mundo todo se defronta hoje com problemas como o esgotamento das reservas de combustível fóssil, a poluição trazida pela utilização do petróleo e a questão do aquecimento global. São esses os principais fatores que impulsionaram a criação de um novo padrão energético alternativo e ecologicamente correto. “Frente a tudo isso, existe agora a possibilidade de o mundo passar a produzir combustível renovável e não poluente e que, acima de tudo, não provoca a dependência de certos países em relação a outros”, informou o ministro.

Nesse novo mercado, o Brasil é considerado pioneiro. A experiência nacional com o biodiesel é tratada como vanguarda absoluta pelos outros países. “Existem algumas experiências de produção de etanol localizadas na Europa e nos Estados Unidos, mas o modelo brasileiro é absolutamente inovador, original e considerado uma referência mundial”, contou ele.

**Ver as árvores e enxergar o bosque** - Ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 10/08/2007

A consolidação da democracia é apresentada por muitos estudiosos do assunto como uma das principais conquistas do século 20. Embora o embrião de um governo democrático se localize nos meados do século XVIII, foi necessário um longo período histórico até que se alcançasse a compreensão e o consenso em torno da democracia de massa. O final do século passado nos trouxe essa conquista junto com outros desafios e demandas, dentre eles o de "democratizar a democracia", parafraseando o título de um livro organizado por Boaventura de Sousa Santos.

No início do milênio nos debruçamos então sobre esse legado histórico e nos deparamos com o surgimento de novas formas de participação popular em regimes

democráticos, numa espécie de resposta ao dilema: a representação eleitoral sozinha, embora seja uma conquista histórica fundamental, demonstra-se incapaz de responder a todas as questões apresentadas pela diversidade.

Estamos, como bem identifica Sousa Santos, num período paradoxal e de transição paradigmática. Isso nos impõe a responsabilidade de refletir sobre os formatos, modelos e estruturas das formas de participação popular, ao mesmo tempo em que a promovemos e exercitamos. E devemos fazer isso sem perder de vista o propósito e potencial desses movimentos de fortalecer a democracia.

A emergência das conferências nacionais de cunho temático ou regional se enquadra nessa tarefa, presente no governo do presidente Lula, de promover um aprofundamento e uma radicalização - no sentido de ir à raiz do assunto - da democracia, com um saudável alargamento das possibilidades da democracia participativa. Só na instância do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contabilizamos três na área de **Segurança Alimentar** e, na **Assistência Social**, outras duas, a caminho da terceira, a ser realizada no próximo semestre. Também tive oportunidade de participar de outras que têm interface conosco, como a das Mulheres, a de Cultura e a de Meio Ambiente. Ao todo, foram 44 Conferências realizadas desde 2003, algumas já em estágio mais avançado de organização, mas muitas em sua primeira edição. O crescimento do espaço dessas conferências dentro da esfera governamental é resultado do processo de fortalecimento e estímulo dos conselhos setoriais, estrutura prevista na Constituição de 1988 com formação paritária.

O debate não é novo, embora tenha adquirido novos contornos a partir da dimensão que tem ocupado na agenda pública, com sua valorização institucional, sobretudo no atual governo. Na década de 1970 e início dos 1980, já discutíamos nas instâncias partidárias e do movimento popular sobre o caráter que deviam ter os conselhos, se consultivos ou deliberativos. Penso que devemos defender os conselhos e seus respectivos espaços de discussão como importantes agentes de interlocução do Estado com a sociedade, com entidades representativas, setorial e/ou regionalmente, que devem ser ouvidos na formulação de políticas públicas. Mas penso também que o processo deve respeitar as especificidades, preservando, de um lado, as responsabilidades do Estado, e de outro a função da sociedade. Como norteador das ações, está o espaço comum que nos unifica em torno do debate, que é justamente a construção do bem comum nacional.

Todos os conselhos têm experiências esplêndidas e representativas de mobilização popular em torno de temas relevantes, como segurança alimentar e nutricional, acesso à água, assistência social, questão étnica e de gênero. Em que pese toda força mobilizadora, eles não podem ter caráter deliberativo e devem se constituir como um fórum que deve ser, como vem sendo, considerado pelo governo. Como exemplo temos o reajuste da merenda escolar e a implementação da **Lei Orgânica de Segurança Alimentar** (Losan), promovidos pelo governo em consonância com demandas apresentadas ao final da **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, realizada em Recife, em 2004. A **V Conferência da Assistência Social**, realizada em 2005 em Brasília, produziu um plano decenal para implantação do Sistema Único de Assistência Social, adotado pelo governo.

Se cada um dos conselhos tiver um caráter deliberativo, pode gerar conflito entre eles. Além disso, dentro da perspectiva de fortalecimento do processo democrático, eles não podem derrogar os poderes constituídos; não podem se sobrepor à legitimidade dos representantes eleitos do Executivo e do Legislativo e nem, tampouco, do Judiciário. Os conselhos devem se firmar como instâncias de enriquecimento do processo e a idéia é

aperfeiçoar, oxigenar, trazer vida nova aos poderes constituídos. É trazer o sopro da presença popular, do controle e da presença da sociedade. Por isso também não é "meramente consultivo", pois o governo pode incorporar suas decisões, como tem incorporado.

Os conselhos e as conferências são espaços legítimos de reivindicações, de lutas democráticas e sociais. Mas é necessário, e isso é função do Estado, considerar prioridades, disponibilidade de recursos, viabilidade de uma proposta em relação a outra, avaliar repercussões dentro de uma estratégia nacional. Por mais importantes que sejam os conselhos, todos têm uma visão setorial ou regional e "as árvores não deixam ver o bosque", diz um adágio alemão, revisitado por Ortega y Gasset.

Nosso desafio é superar a fragmentação, e continuar avançando ainda mais nas experiências, de modo que os conselhos passem a ter uma visão intersetorial. Acredito que temos aqui um possível caminho para aprofundarmos ainda mais a proposta de um governo popular e participativo. Creio que quanto mais os conselhos e as conferências trabalharem num contexto holístico, a partir de uma visão integrada e integral de desenvolvimento e dentro de uma proposta de projeto nacional, mais espaço podem alcançar nas instâncias de decisão, sem comprometer o papel civilizatório do Estado.

*Patrus Ananias é ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.*

#### **Ver as árvores e enxergar o bosque - Patrus Ananias – Valor Econômico – Opinião - 10/08/2007**

A consolidação da democracia é apresentada por muitos estudiosos do assunto como uma das principais conquistas do século 20. Embora o embrião de um governo democrático se localize nos meados do século XVIII, foi necessário um longo período histórico até que se alcançasse a compreensão e o consenso em torno da democracia de massa. O final do século passado nos trouxe essa conquista junto com outros desafios e demandas, dentre eles o de "democratizar a democracia", parafraseando o título de um livro organizado por Boaventura de Sousa Santos.

No início do milênio nos debruçamos então sobre esse legado histórico e nos deparamos com o surgimento de novas formas de participação popular em regimes democráticos, numa espécie de resposta ao dilema: a representação eleitoral sozinha, embora seja uma conquista histórica fundamental, demonstra-se incapaz de responder a todas as questões apresentadas pela diversidade.

Estamos, como bem identifica Sousa Santos, num período paradoxal e de transição paradigmática. Isso nos impõe a responsabilidade de refletir sobre os formatos, modelos e estruturas das formas de participação popular, ao mesmo tempo em que a promovemos e exercitamos. E devemos fazer isso sem perder de vista o propósito e potencial desses movimentos de fortalecer a democracia.

A emergência das conferências nacionais de cunho temático ou regional se enquadra nessa tarefa, presente no governo do presidente Lula, de promover um aprofundamento e uma radicalização - no sentido de ir à raiz do assunto - da democracia, com um saudável alargamento das possibilidades da democracia participativa. Só na instância do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contabilizamos três na área de Segurança Alimentar e, na Assistência Social, outras duas, a caminho da terceira, a ser realizada no próximo semestre. Também tive oportunidade de participar de outras que têm interface conosco, como a das Mulheres, a de Cultura e a de Meio Ambiente. Ao todo, foram 44

Conferências realizadas desde 2003, algumas já em estágio mais avançado de organização, mas muitas em sua primeira edição. O crescimento do espaço dessas conferências dentro da esfera governamental é resultado do processo de fortalecimento e estímulo dos conselhos setoriais, estrutura prevista na Constituição de 1988 com formação paritária.

---

### **Os conselhos e as conferências são espaços legítimos de reivindicações, de lutas democráticas e sociais**

---

O debate não é novo, embora tenha adquirido novos contornos a partir da dimensão que tem ocupado na agenda pública, com sua valorização institucional, sobretudo no atual governo. Na década de 1970 e início dos 1980, já discutíamos nas instâncias partidárias e do movimento popular sobre o caráter que deviam ter os conselhos, se consultivos ou deliberativos. Penso que devemos defender os conselhos e seus respectivos espaços de discussão como importantes agentes de interlocução do Estado com a sociedade, com entidades representativas, setorial e/ou regionalmente, que devem ser ouvidos na formulação de políticas públicas. Mas penso também que o processo deve respeitar as especificidades, preservando, de um lado, as responsabilidades do Estado, e de outro a função da sociedade. Como norteador das ações, está o espaço comum que nos unifica em torno do debate, que é justamente a construção do bem comum nacional.

Todos os conselhos têm experiências esplêndidas e representativas de mobilização popular em torno de temas relevantes, como segurança alimentar e nutricional, acesso à água, assistência social, questão étnica e de gênero. Em que pese toda força mobilizadora, eles não podem ter caráter deliberativo e devem se constituir como um fórum que deve ser, como vem sendo, considerado pelo governo. Como exemplo temos o reajuste da merenda escolar e a implementação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Losan), promovidos pelo governo em consonância com demandas apresentadas ao final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Recife, em 2004. A V Conferência da Assistência Social, realizada em 2005 em Brasília, produziu um plano decenal para implantação do Sistema Único de Assistência Social, adotado pelo governo.

Se cada um dos conselhos tiver um caráter deliberativo, pode gerar conflito entre eles. Além disso, dentro da perspectiva de fortalecimento do processo democrático, eles não podem derrogar os poderes constituídos; não podem se sobrepor à legitimidade dos representantes eleitos do Executivo e do Legislativo e nem, tampouco, do Judiciário. Os conselhos devem se firmar como instâncias de enriquecimento do processo e a idéia é aperfeiçoar, oxigenar, trazer vida nova aos poderes instituídos. É trazer o sopro da presença popular, do controle e da presença da sociedade. Por isso também não é "meramente consultivo", pois o governo pode incorporar suas decisões, como tem incorporado.

Os conselhos e as conferências são espaços legítimos de reivindicações, de lutas democráticas e sociais. Mas é necessário, e isso é função do Estado, considerar prioridades, disponibilidade de recursos, viabilidade de uma proposta em relação a outra, avaliar repercussões dentro de uma estratégia nacional. Por mais importantes que sejam os conselhos, todos têm uma visão setorial ou regional e "as árvores não deixam ver o bosque", diz um adágio alemão, revisitado por Ortega y Gasset.

Nosso desafio é superar a fragmentação, e continuar avançando ainda mais nas experiências, de modo que os conselhos passem a ter uma visão intersetorial. Acredito que temos aqui um possível caminho para aprofundarmos ainda mais a proposta de um governo popular e participativo. Creio que quanto mais os conselhos e as conferências trabalharem

num contexto holístico, a partir de uma visão integrada e integral de desenvolvimento e dentro de uma proposta de projeto nacional, mais espaço podem alcançar nas instâncias de decisão, sem comprometer o papel civilizatório do Estado.

### **Patrus Ananias é ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**

**Sardinha cede espaço para a carne no prato do brasileiro** - Daniele Madureira – Valor Econômico – Empresas - 14/08/2007

Tem cada vez menos sardinha em conserva no prato do brasileiro. No primeiro semestre do ano, houve queda de 8,3% em volume de vendas de sardinha e cavalinha em lata, acompanhada de uma perda de 5,2% em receita segundo a Nielsen, em relação ao mesmo período de 2006. O dado chama a atenção uma vez que se trata de uma categoria de consumo popular, que vinha registrando aumento nas vendas - entre 2004 e 2006, subiu 5% em volume e 9,3% em valor, o que gerou no ano passado um movimento de R\$ 365,6 milhões no varejo. Mas é justamente o menor consumo por parte das classes de baixa renda que justificaria boa parte desta retração.

"O aumento gradativo da renda leva a população a buscar produtos de maior valor agregado", diz o economista Amílcar Lacerda de Almeida, da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia). Também nas contas da entidade, a conserva de pescados foi a categoria que mais perdeu em faturamento no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2006: queda de 15%. Neste caso, o resultado também foi influenciado pela diminuição nas exportações. "Mas no que se refere ao consumo interno, a categoria pode ter perdido espaço para a de derivados de carne, que foi a que mais cresceu em 2006, com alta de 18%", afirma o gerente da Abia, confirmando que a renda maior tende a levar à migração do consumo de uma categoria para a outra.

Não é só a venda de sardinha em lata, porém, que vem enfrentando aperto. Também a categoria de atum teve queda no primeiro semestre de 2007. As perdas, porém, foram em menor proporção: de 2,4% em volume e 1,4% em valor, segundo a Nielsen. Diferentemente da sardinha, a retração nas vendas de atum não é protagonizada pelas classes de baixa renda, uma vez que, no varejo, o quilo do atum em lata custa 40% a mais, em média, que o da sardinha.

"Há uma transferência do consumo de atum tradicional para o de patê de atum", diz Luís Manglano, gerente de marketing da Gomes da Costa, que disputa a liderança de pescados no Brasil com a Coqueiro. Esse movimento estaria levando os fabricantes a lançar versões do atum em patê. "O consumidor quer a comodidade do produto pronto", afirma o executivo da Gomes da Costa - empresa que desde 2004 pertence ao grupo espanhol Calvo e deve faturar R\$ 350 milhões este ano.

Na Gomes da Costa, o lançamento consome parte dos investimentos de R\$ 10,5 milhões previstos para 2007 em novos produtos. Além do patê, a marca também está colocando no mercado dois novos sabores de atum ralado (subcategoria que responde por metade do consumo de atum): molho de tomate e molho de tomate picante.

A disputa está mesmo concentrada no atum. A Coqueiro, controlada pela PepsiCo, trouxe o produto para o Brasil há 25 anos e agora tenta reinventá-lo: além da linha de patês, lançada em 2004, apresenta a linha Fácilimo, em embalagens de 70 gramas, para consumidores que moram sozinhos, e a linha Kids, em sachês no formato de peixe. "As mães costumam ter dificuldade de incluir os pescados no cardápio dos filhos e uma



apresentação que apele para o lúdico pode auxiliar no consumo", diz Érika Salgado, gerente de marketing da Coqueiro.

A executiva afirma, no entanto, que a empresa não deixa de apostar no consumo de sardinha - tanto que está colocando nas gôndolas a linha Gostinho do Brasil, em molho, nas versões Baiana e Carioquinha. Fontes do mercado afirmam, porém, que a queda no consumo de sardinha está relacionada também à dificuldade da Coqueiro, líder deste segmento, de importar matéria-prima da Venezuela, país que é um dos principais fornecedores do produto. A empresa se recusa a comentar este assunto.

Já a terceira colocada no ranking de pescados, a marca Pescador, da Femepe, procura ganhar espaço com novas apresentações do produto. Nos dois últimos anos, a empresa de Itajaí (SC), aplicou R\$ 20 milhões para modernizar a linha de produção, mudar as embalagens de lata para alumínio e adotar novo design. "Até setembro, vamos colocar no mercado a linha 'Sabores do Mundo', de atum em pedaços em molho", diz a supervisora de marketing, Renata Bueno.

### **Etanol não afetará alimentos, afirma Dilma - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 14/08/2007**

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez questão de desfazer dúvidas a respeito da capacidade de o Brasil produzir etanol sem grandes danos ao meio ambiente. Lembrou que a tecnologia dos carros bicompostíveis não nasceu no Brasil por acaso e afirmou que hoje não existe no país a contradição entre produção de energia e a de alimentos. Recentemente, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, e o líder cubano, Fidel Castro, sugeriram que a produção brasileira de álcool poderia comprometer a oferta de alimentos.

Dilma ressaltou que uma das vantagens da produção brasileira é o desenvolvimento tecnológico, que evoluiu para permitir a produção de combustíveis a partir do bagaço de cana, da palha do milho e de outros restos vegetais oriundos da produção alimentar. A ministra também frisou a importância de o Brasil tomar medidas imediatas para deixar claro que a produção nacional de etanol será acompanhada de inclusão social e do mínimo impacto ambiental possível.

"Ao aumentar a quantidade de etanol e biodiesel, nós estamos mantendo compromisso com o meio ambiente. O país é uma das lideranças em segurança energética sustentável", afirmou Dilma.

Durante sua apresentação no seminário "Biocombustíveis - A nova fronteira da energia", realizado ontem, Dilma deixou claro que é melhor o Brasil assumir a dianteira nas soluções sociais e ambientais, de forma a evitar possíveis barreiras à exportação de etanol. "O Brasil deve assumir o protagonismo dessa regulação em vez de esperar a regulação forânea (exterior), pois temos certeza da nossa produtividade."

Dilma lembrou ainda que a União Européia, por exemplo, prevê a utilização crescente de biocombustíveis nos próximos anos. Para 2010, a expectativa dos países do continente é que 5,75% do combustível utilizado na região seja renovável. Desse total, seriam 16 bilhões de litros de álcool e 5,5 bilhões de litros de biodiesel. A ministra informou que o intuito europeu é produzir parte deste combustível no Brasil e que a regulação brasileira ajudará a impedir que o país se torne apenas um exportador de matéria-prima.

Dilma também é da opinião que o país não deve exportar a matéria-prima do biocombustível, mas o produto já processado. Segundo ele, há interesse da União Européia em "nos especializar em fornecedores de matéria-prima, coisa que não é do nosso interesse". Segundo a ministra, "o Brasil vai responder com o selo social às exigências cada vez maiores das legislações dos Estados Unidos e dos países da União Européia e do Japão do ponto de vista dos padrões socioambientais, critérios de sustentabilidade, condicionantes trabalhistas e quesitos ambientais rigorosos - para impedir que não sejam criadas barreiras não-tarifárias para os nossos renováveis". **(Com agências noticiosas)**

#### **Oficina avalia estudo sobre ações públicas de segurança alimentar e nutricional – Sitio Eletrônico do MDS – 16/08/2007**

É necessário reforçar a participação dos estados na promoção de programas e iniciativas de segurança alimentar e nutricional, voltadas ao combate à fome de populações pobres. Essa foi uma das principais conclusões da pesquisa “Subsídios para a Implantação de Sistemas Descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional em Regiões Metropolitanas”, discutida na quarta-feira (15/08), em Brasília, por representantes do Governo Federal, pesquisadores e conselheiros estaduais.

O estudo, coordenado pelo Instituto Pólis - Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, tem como objetivo mapear as ações desenvolvidas por iniciativa dos municípios, estados e Governo Federal, em 15 regiões metropolitanas brasileiras. Belém (Pará), Belo Horizonte (Minas Gerais), Brasília (Distrito Federal), Curitiba (Paraná), Fortaleza (Ceará), Goiânia (Goiás), Maceió (Alagoas), Manaus (Amazonas), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Recife (Pernambuco), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Salvador (Bahia), São Luís (Maranhão), São Paulo (São Paulo) e Vitória (Espírito Santo) foram as localidades pesquisadas entre fevereiro e agosto de 2007.

Resultado de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o diagnóstico – a ser concluído em setembro de 2007 - será o indicador das diretrizes para a criação de Sistemas de Segurança Alimentar e Nutricional em cada região, com base na realidade relatada pelas equipes, compostas por conselheiros e pesquisadores de instituições de ensino superior.

O encontro desta semana foi o último antes da edição final do documento, com a consolidação dos debates ocorridos no mês de junho, simultaneamente, nas 15 cidades pesquisadas. Segundo a coordenadora técnica do projeto, Christiane Costa, o diagnóstico revelou o que estados e municípios estão fazendo para garantir o direito humano à alimentação de suas populações. Com base nisso, foram elaboradas recomendações e estratégias a serem promovidas por todas as esferas de poder (inclusive o Federal) que vão definir onde é preciso investir mais, tanto em recursos humanos quanto financeiros.

**Apoio à mobilização e ao monitoramento de ações** - “Outro resultado bastante importante foi a mobilização e a participação durante o processo de pesquisa”, comentou Christiane. “Identificar as fragilidades das políticas públicas e iniciativas locais estimulou a reflexão, mas sabemos que esta é uma das etapas de um caminho a percorrer”.

Para o diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira, a partir do documento final da pesquisa o MDS terá condições mais

claras para estruturar suas ações, orientando-as ao estímulo de estados e municípios que ainda estejam promovendo poucas iniciativas relacionadas ao combate à fome. “O relatório conclusivo será fundamental para que possamos avaliar ações futuras que contribuam para mudar a vida de pessoas pobres”, disse.

Para a representante do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional paranaense e professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Maria Teresa Gomes de Oliveira, apesar das diferenças entre as regiões metropolitanas pesquisadas, vários pontos em comum foram identificados. “A necessidade de indicadores de monitoramento das ações governamentais de combate à fome é um deles”, comentou, lembrando não serem raros os casos em que não há controle sobre os resultados e os benefícios que as políticas públicas estão trazendo para as pessoas. “É importante avaliar os impactos das ações na vida dos beneficiários – o distanciamento que existe entre as proposições das conferências e as agendas executivas também é grande”.

#### **Verba de ajuda para produtor de leite de MS desaparece - João Naves – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/08/2007**

Mais da metade do dinheiro destinado à subsistência dos produtores de leite de Mato Grosso do Sul, que paralisaram a comercialização por causa dos focos de febre aftosa, em 2005, desapareceu. A verba, de R\$ 3,8 milhões, é do Ministério da Agricultura e seria distribuída entre 1,2 mil produtores.

Segundo o superintendente federal de Agricultura no Estado, Orlando Baez, foi feita uma varredura no contrato 001/2005 e ficou constatada a falta de prestação de contas de R\$ 1,8 milhão, por parte do governo do Estado.

O governador André Puccinelli (PMDB) recebeu a cobrança e não encontrou nada que comprovasse o repasse aos produtores. O dinheiro simplesmente sumiu, conforme disse um funcionário que preferiu não ser identificado.

Puccinelli decretou ontem uma inspeção extraordinária na Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo (Seprotur), responsável pela distribuição da verba federal.

O repasse mensal variava de R\$ 300,00 a R\$ 600,00 para 1,2 mil produtores de leite de Japorã, Eldorado e Mundo Novo, de dezembro de 2005 a dezembro de 2006. O valor recebido somou R\$ 1,6 milhão, dos R\$ 3,8 bilhões repassados.

Valtecir Ribeiro, o Mineiro, secretário da Seprotur no governo Zeca do PT, afirmou que o assunto foi esclarecido com a atual titular da pasta, Tereza Cristina Corrêa, e 'está tudo certo'.

## **Dom Mauro Morelli discute segurança alimentar com o ministro – Sítio Eletrônico do MDA – 23/08/2007**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu na tarde desta quinta-feira (23), em Brasília, a visita do bispo Dom Mauro Morelli. Fundador do Instituto Harpia Harpyia, em Indaiatuba (SP), o bispo apresentou ao ministro uma série de ações e projetos voltados à segurança alimentar e nutricional que são desenvolvidos em municípios brasileiros.

Ele convidou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para participar desse trabalho com a capacitação técnica à população, visando a melhoria de desempenho das atividades da agricultura familiar. “Ela ajudará em tudo. Principalmente para uma agricultura familiar que produza alimentos saudáveis para a mesa do povo. Temos de trabalhar muito a dimensão do meio ambiente e da produção orgânica de alimentos”, defendeu o bispo.

O ministro solicitou a Dom Mauro Morelli o envio dos projetos para análise do MDA, já que as ações desenvolvidas pelo Instituto estão em conformidade às políticas do Ministério. “Aceitar o convite do senhor é mais fácil do que a gente pensa. Nos encontramos pouco, mas existe muita sintonia no nosso trabalho. Trabalhamos para construir um marco legal e institucional no que diz respeito ao crédito, ao seguro e à assistência técnica”, explicou Cassel.

**R\$ 12 bilhões** - O ministro citou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, que este ano disponibiliza R\$ 12 bilhões, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Garantia-Safra e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como algumas das políticas públicas do MDA incentivadoras da agricultura familiar.

“Nós vamos seguir a orientação do ministro de encaminhar os projetos, pois nossa estada aqui era para um diálogo de apresentação e de encaminhamento de propostas. Eu saio bastante animado, muito contente com esta visita”, afirmou o bispo.

**Um precursor** - Dom Mauro Morelli integrou, juntamente com o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a Campanha da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Atualmente, continua esse trabalho buscando parcerias governamentais e com entidades civis para realizar ações de segurança alimentar no interior do País.

Desde junho de 2006, o instituto presidido por ele realiza atividades nos municípios pernambucanos de Lagoinha, Arcoverde, Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus, Buique, Jaatuba, Pedra, Pesqueira, Poção, Sanharó, Sertânia, Tuponatinga e Venturosa. O trabalho, desenvolvido em parceria com a Diocese de Pesqueira, é direcionado às demandas de direitos humanos básicos. Entre eles, explica o bispo, estão a boa nutrição e a geração de trabalho e renda.

Um dos projetos em andamento nesses municípios é a implantação de uma usina de biodiesel e oleaginosas, que funcionará na cidade de Pesqueira (PE). Dom Mauro Morelli diz que outra discussão é criar uma usina para produzir biodiesel de óleo saturado ou residual na mesma região.

“Ainda cooperamos com a otimização de uma usina de processamento de leite de ovelha, cabra e derivados; articulamos a criação de um centro de referência em segurança alimentar e nutricional sustentável e também incentivamos o desenvolvimento da agricultura familiar e ministramos palestras para fortalecer a sociedade local e efetivar a implantação das nossas políticas”, enumera.

## **Começa capacitação para gestores de Restaurantes, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos – Sítio Eletrônico do MDS – 23/08/2007**

Até o final do ano, os moradores de Vila Cascavel, um dos quatro bairros mais pobres de São Luís (MA), ganharão sua primeira Cozinha Comunitária. Em funcionamento, a nova unidade beneficiará a comunidade com a produção de mais de 200 refeições diárias. A expectativa é da secretária municipal de Segurança Alimentar, Lourvídia Caldas, uma das representantes dos seis estados selecionados, pelo edital do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para receber apoio financeiro para implantar seus próprios equipamentos de segurança alimentar.

Além dela, estão em Brasília participando da mesa técnica organizada pelo MDS, gestores de Maceió (AL), Vitória da Conquista (BA), Itapipoca (CE), Campina Grande (PA) e Porto Velho (RO). O encontro termina nesta sexta-feira (24/08), após dois dias inteiros de duração, com o objetivo de oferecer uma capacitação especial para os municípios selecionados pelo Edital 04/2007. “Para nós, essa cozinha vai ser muito importante, para reforçar a rede de combate à fome, interligada com estratégias de educação alimentar, geração de trabalho e renda e capacitação de multiplicadores, entre os próprios moradores locais”, diz a secretária.

Com o projeto aprovado, o município vai receber do MDS R\$ 120 mil para compra de equipamentos e treinamento de pessoal. “Isso é uma prova para quem não acredita nos programas do Governo Federal e acha que são todos falácias – estamos aqui para desmistificar essa imagem”, acrescenta Lourvídia, lembrando que as exigências impostas pelos editais são a garantia de que o recurso terá a destinação adequada e será empregado corretamente.

A futura Cozinha Comunitária de Vila Cascavel será construída no terreno da Escola Dom Delgado, de ensino fundamental, e vai contar com a colaboração de pais de alunos, alguns deles formados na Cozinha Escola Comunitária e no Centro de Capacitação em Gastronomia, resultado de parcerias entre as universidades federal e estadual e o Governo do Maranhão, Sesi (por meio do Programa Cozinha Brasil) e Senai.

O resultado da seleção pública para implantação de Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos foi divulgado em 1º de agosto, destinado a apoiar propostas vindas de cidades com população superior a 100 mil habitantes – capitais ou municípios localizados em regiões metropolitanas, Semi-Árido ou em regiões de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads).

O MDS já realizou capacitações semelhantes em Joinville (SC), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), com a presença de 14 representações municipais selecionadas - de Santa Catarina (Blumenau e Joinville); do Paraná (Maringá); do Rio de Janeiro (Nova Iguaçu, Magé, Niterói, Duque de Caxias e São Gonçalo); de São Paulo (Guarujá, Taboão da Serra, Itaquaquecetuba, Diadema e Sumaré); e de Minas Gerais (Ipatinga).

Nesta sexta, , os participantes da Mesa Técnica vão receber informações sobre o roteiro de implantação de Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e unidades de alimentação e nutrição, além de assessoria técnica aos projetos. O encontro está ocorrendo no mezanino do Bloco D, da Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

**Escalada nos preços de alimentos é vilã aqui e lá fora** – Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 26/08/2007

Explosão de consumo na China turbina a inflação global; no Brasil, IPCA já sente os efeitos

A inflação dos alimentos está se tornando uma grande preocupação de bancos centrais no mundo inteiro. O preço da comida está em alta mundo afora, puxado pela demanda crescente de gigantes asiáticos em fase de rápido enriquecimento, como a Índia e a China. Outro fator que vem pesando é o uso de terras agriculturáveis para a produção de biocombustíveis.

É um problema que também atinge o Brasil. Nos últimos 12 meses, a inflação de alimentos e bebidas no Índice de Preços ao Consumidor Ampo (IPCA), o índice oficial da meta de inflação, atingiu 7,9%, mais que o dobro do IPCA geral no período, de 3,7%. Em junho e julho, essa discrepância explodiu. Enquanto o IPCA dos alimentos teve inflação de 2,37% (o que equivale a 15% em termos anualizados), o índice cheio subiu 0,5%.

Os alimentos são itens que normalmente têm fortes oscilações, muitas vezes ligadas a questões climáticas. Em tese, a forte alta de junho e julho não deveria ser motivo de maior preocupação. Vista pelo prisma de uma tendência global, porém, a inflação da comida representa um perigo inflacionário bem maior, já que é um tipo de pressão que atua sempre na mesma direção de alta - e não, como as variações climáticas, nos dois sentidos.

“Quando há um choque de preços agrícolas num país, o Banco Central deve em princípio observar, e não reagir; mas se ele nota que é algo de natureza global, aí é motivo para ser mais cauteloso”, diz Gino Olivares, economista-chefe do Opportunity Asset Management.

O alarme global em relação à inflação dos alimentos soou mais forte recentemente, quando foi divulgado que a inflação em 12 meses da China atingiu 5,6% em julho, puxada pela alta de 15,4% nos alimentos. Crescendo a um ritmo anual médio acima de 9% há 30 anos, a economia chinesa parecia quase invulnerável às pressões inflacionárias, que por muito menos costumam castigar os países com crescimento muito acelerado.

Com um imenso contingente de trabalhadores rurais prontos para se mudar para cidades e trabalhar nas indústrias, o que mantém os salários em níveis baixíssimos, a China vem exercendo há muitos anos uma poderosa pressão deflacionária global. No caso dos alimentos, porém, está amarrada a um setor agrícola atrasado e à sua população gigantesca, criando uma pressão inversa - isto é, inflacionária - na economia global.

O consumo chinês de alimentos, que vem se acelerando com o enriquecimento da população, tem impactos quase diretos em outros países. O consumo de leite pelos chineses, por exemplo, está crescendo a um ritmo de 25% ao ano, e já atinge cerca de 30% da produção mundial, segundo algumas estimativas. Na Alemanha, que é um importante exportador de leite para a China, há previsões de que o produto pode subir até 50% na reabertura do ano escolar em setembro.

Nos Estados Unidos, o preço dos alimentos nos 12 meses até julho subiu 4,2%, bem mais do que os 2,4% da inflação geral. A alta dos alimentos é muito mais forte para produtos básicos, como leite, que subiu 21% em um ano, ou ovos (34%). F.D.

### **Cooperativa leiteira do Acre aumenta produção com dinheiro do PAA – Sítio Eletrônico do MDS – 28/08/2007**

A Coopel é hoje referência no Acre como modelo de gestão

Há dez anos, desde que deixou a lavoura para atuar como pecuarista de leite, investindo “no seu próprio negócio”, o dia de Francisco Correia da Silva, 50 anos, começa às 4h30. Ainda é noite em Senador Guiomard (AC), quando o pequeno produtor, auxiliado pelo filho Fábio, 26 anos, segundo grau completo, separa e prende os bezerros. Na seqüência, prepara as 40 vacas girolandas para a coleta manual dos 70 litros de leite/dia que garantem o sustento da família de seis pessoas. Tudo é feito com muito cuidado e agilidade. Às 6h30 o caminhão da Cooperativa de Agricultores e Pecuaristas da Regional do Baixo Acre (Coopel) passa para recolher a produção.

A história de Francisco, que vende cada litro por celebrados R\$ 0,40, confunde-se com a de outros 239 pequenos produtores de mais quatro cidades do Acre – Plácido de Castro, Capixaba, Xapurí e Rio Branco – que integram ou vendem para a Coopel.

Constituída em 31 de março de 2000, como alternativa para os pequenos produtores leiteiros excluídos pelos laticínios locais, a cooperativa está hoje em plena ascensão e já é referência no Acre como modelo de gestão. A Copel, 100% administrada por agricultores familiares, teve em 2004 seu ano decisivo. Em parceria com o poder público recebeu assistência técnica adequada, passou por reestruturação e comprou o falido laticínio SILA, que processava o leite fornecido pelos então 140 produtores que herdaram um passivo de R\$ 1,1 milhão.

Em 2006, beneficiada pelas políticas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – executado em parceria pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário (MDA) - a organização, castigada pela seca na região e sem capital de giro, conseguiu um empréstimo de R\$ 370 mil, via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O investimento resultou de imediato em um faturamento bruto de R\$ 2,1 milhões. “Com esse dinheiro pagamos os produtores que não recebiam há quatro meses”, afirma o presidente da Coopel, Ezequiel Rodrigues de Oliveira.

A folha de pagamentos em dia resultou em um aumento de 60% no número de fornecedores – todos produtores familiares – e 70% na produtividade. Segundo Oliveira, esse capital beneficiou diretamente cerca de 180 famílias. Entre elas, a de Virgulino da Costa Nascimento, 45 anos, casado, três filhos, produtor de leite desde 1985. “Integro a cooperativa desde 1999. Fui um dos fundadores”, diz Nascimento, que quase perdeu as 60

cabeças de gado – sendo 35 vacas leiteiras – e o sustento da família. “Não fosse esse empréstimo, teríamos perdido tudo. Tudo o que me ajudou a criar meus filhos”.

**Setor lácteo** – Segundo Vicente Nogueira Netto, diretor do Departamento Econômico da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios (CBCL) e coordenador da Câmara Temática de Leite da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o setor lácteo movimenta hoje no Brasil cerca de R\$ 16 bilhões por ano. “Desse montante, 40% vêm das cooperativas”, afirma Netto. “Importante ressaltar que os valores englobam o setor como um todo e não apenas produção”.

Os resultados do setor e da própria Coopel têm animado os produtores. Tanto que Francisco Correia da Silva voltou a fazer planos. “O sonho de aumentar a produção e poder vender o leite por R\$ 0,50 ou até R\$ 0,60 já não me parece tão distante”, diz o pecuarista que já está fazendo inseminação artificial no rebanho. “Em pouco tempo teremos por aqui um rebanho bem melhor, um plantel que nos permitirá produzir muito mais”, anima-se.

A inseminação artificial feita por Francisco é possibilitada por um convênio com o Governo do Estado, no qual os produtores da Coopel têm acesso a um banco de sêmen e pagam apenas o nitrogênio usado para conservar o material genético.

**PORTIFÓLIO** – Atualmente, a cooperativa dos pequenos produtores de leite do Acre processa sete produtos lácteos: leite pasteurizado tipo C, queijo mussarela, queijo minas frescal, queijo de coalho, manteiga, doce de leite pastoso e requeijão. Os produtos ainda têm as marcas do antigo laticínio – Quinari, Mimosa e Puro Leite.

“Como temos o objetivo de trabalhar melhor o soro, produzindo bebida láctea e iogurte, estamos negociando mais um empréstimo de R\$ 100 mil com a Conab para a compra de uma máquina para embalar adequadamente esses produtos”, diz o presidente da Coopel.

<b>Leite</b>	<b>Produção de</b>	<b>SILA (Situação em 2004)</b>	<b>COOPEL (Situação em 2006)</b>
	Média anual	4.000 litros/leite/dia	7.000 litros/leite/dia
	Média de entressafra*	1.900 litros/leite/dia	4.700 litros/leite/dia
	Média de safra**	6.400 litros/leite/dia	9.500 litros/leite/dia
*pico – mês de abril; **pico – mês de dezembro.			



**Preço de alimento dispara e pressiona a inflação** - Márcia De Chiara e Francisco Carlos de Assis – Estado de São Paulo – 29/08/2007

Cotações de produtos agrícolas no atacado batem recordes, mas são compensadas nos índices ao consumidor pela queda da conta de luz - Os preços agrícolas no atacado atingiram neste mês níveis recordes e devem pressionar os índices de inflação ao consumidor até dezembro. Em agosto, até o dia 23, o índice de preços das commodities agrícolas da RC Consultores atingiu 185,2 pontos. É o maior patamar desde fevereiro de 2002, quando a consultoria iniciou a apuração. O indicador leva em conta as cotações no atacado doméstico de 15 produtos agropecuários, entre os quais estão grãos, café, açúcar, leite e carnes.

Até quinta-feira da semana passada, os preços agropecuários subiram, em média, 7% este mês ante julho e 25,5% em relação ao mesmo período de 2006. Desde março de 2005, as cotações não tinham uma elevação tão acentuada na comparação com o mês anterior. Em março de 2005, a alta havia sido de 7,5%. Só neste mês, o milho subiu 17,1% em reais; seguido pelo feijão (11,7%), café (6,9%), trigo (6,5%), arroz (6,3%), carne bovina (4,8%), entre outros produtos. Até o preço do açúcar teve alta de 3,4% em agosto.

'Ingressamos na entressafra deste ano com várias agravantes. Não é uma entressafra comum', diz o diretor da consultoria, Fábio Silveira. Ele explica que, além da queda na oferta por questões sazonais, a demanda mundial por alimentos está aquecida, especialmente depois do anúncio dos EUA do programa do etanol obtido a partir do milho. Isso impulsionou a alta de carnes e grãos, que se somou à escassez de leite e trigo.

Ele ressalta, ainda, que houve uma valorização do dólar em torno de 5% em razão da crise financeira mundial. Como esses produtos têm as cotações balizadas pelo mercado internacional, incorporam nos preços em reais a alta do câmbio. Finalmente, o consumo doméstico está aquecido por causa do aumento do nível de emprego e da renda. 'Há uma combinação de fatores que devem pressionar a inflação no varejo até dezembro', prevê. Enquanto isso, o consumidor já sente o peso dos aumentos nas compras.

O Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) encerrou a 3ª quadrissemana deste mês com alta de 0,11%, ante 0,17% da segunda prévia. Foi a menor taxa para o período desde junho de 2006.

Apesar da elevação do preço da alimentação que ficou 1,56% mais cara e foi o grupo que mais subiu, a explicação dos analistas para a desaceleração da inflação em São Paulo é o efeito defasado da redução da energia elétrica no IPC da Fipe. No começo de julho, a Eletropaulo reduziu em 12,66% a tarifa. Na 3ª quadrissemana, a conta ficou 7,36% mais barata. A queda da tarifa tem sido suficiente para fazer frente aos sucessivos aumentos dos alimentos. Na 3ª quadrissemana, o leite subiu 5,06%, os derivados, 5,06% e as carnes, 2,99%.

Produção menor, clima ruim e maior demanda seriam os motivos da alta

A Comissão Europeia nega que a alta nos preços dos alimentos nos últimos meses nos países ricos esteja sendo causada pelo incremento da produção do etanol no mundo. Desde o primeiro semestre, o mercado europeu tem visto um aumento nos preços do leite, pão, carnes e cereais, por exemplo.

Bruxelas, porém, pede que os consumidores continuem comprando os produtos na região, insinuando que nem sempre os importados - como os do Brasil - seguem os padrões de saúde animal e de meio ambiente da Europa.

Empresários, organizações internacionais e autoridades apontaram o etanol como o responsável pela elevação dos preços. Até a Nestlé, maior fabricante de alimentos do mundo, tem essa opinião. O etanol estaria desviando terras destinadas à produção de alimentos para cultivos que vão para as usinas de combustível, como milho, trigo ou cana.

Para a comissária de Agricultura da União Europeia (UE), Mariann Fischer Boel, o motivo da alta não é o biocombustível. 'Mais significativo que isso é a queda de produção em várias partes do mundo, o clima inadequado na Europa e a maior demanda do leste da Ásia.' Segundo ela, o impacto do etanol nos preços é apenas 'marginal'.

Para Bruxelas, as variações de preços ainda ocorrem por causa das forças do mercado, o que prova que as reformas nos subsídios europeus estão ocorrendo e que os fazendeiros terão de ser mais produtivos para responder às novas condições.

A comissária admite que a alta vem afetando os consumidores. Só o leite teve aumento de 8% em um mês. Ela não deixa de insinuar, porém, que parte do aumento pode estar vindo dos supermercados, que aproveitam a situação para cobrar mais do que seria necessário. 'A contribuição de produtos agrícolas não processados no preço final de alimentos como o pão é relativamente pequena. Portanto, espero que os supermercados tomem atitudes responsáveis.'

No caso da carne, a representante da UE reconhece que os produtores podem sofrer com a alta de alguns preços, não só na Europa. 'Produtores de carne suína e de frango de todo o mundo estão sendo afetados pelos altos preços dos cereais, mesmo para competidores com baixos custos, como o Brasil.'

Coordenador  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

